



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
11ª Vara Federal de Execução Fiscal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

14 a 18/08/2017



Assinado digitalmente por MARCELO SILVA RIBEIRO.
Documento Nº: 1959721.19467851-3328 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2PCO201700024V02



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Assinado digitalmente por MARCELO SILVA RIBEIRO.
Documento Nº: 1959721.19467851-3328 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2PCO201700024V02

Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL.....	8
Dr. Silvio Wanderley do Nascimento, desde 20/03/2013.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA.....	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas.....	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade).....	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução).....	13
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO.....	15
6.1. Sentenças.....	15
6.2. Acervo com prazos vencidos para despachos e decisões.....	15
6.3. Audiências.....	16
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO.....	17
7.1. Acervo da unidade.....	17
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo das VEFs de mesma competência na Capital da SJRJ.....	18
7.2.1. Acervo total.....	18
7.2.2. Acervo ativo.....	19
7.2.3. Acervo suspenso.....	19
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO.....	20
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	20
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	20
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	20
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	21
9.1. Balcão de entrada.....	21
9.2. Processos em segredo de justiça.....	21
9.3. Controle de prazos judiciais.....	21
9.4. Publicação de atos judiciais.....	23



9.5.	Registro de início do cumprimento do julgado	23
9.6.	Documentos pendentes de juntada	24
9.7.	Expedientes para cumprimento de ordem judicial	24
9.8.	Remessa externa	24
10.	AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA	26
11.	PROCESSOS SUSPENSOS	27
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	31
13.	BENS PENHORADOS	32
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	33
15.	LIVROS E PASTAS	34
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	35
17.	TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL	36
17.1.	Regularidade do processamento de Execuções Fiscais	36
17.2.	Como são selecionados os leiloeiros? Há leilão unificado?	37
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	38
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	39
20.	ENCERRAMENTO	40



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 11ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (11VEF-RJ), de 14 a 18/08/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726) e MPF/ES (7760), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323) e DPU/ES (7755), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747) e OAB/ES (7748), a Advocacia Geral da União – AGU (7744) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal SILVIO WANDERLEY DO NASCIMENTO LIMA, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 7.012 processos físicos, sendo 1.244 em trâmite e 5.768 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



- (iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;
- (v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 11ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (11VFEF-RJ)

Data de instalação: 20/03/2013

Endereço: Avenida Venezuela, 134, Bloco B - 5º andar, Saúde – Centro – Rio de Janeiro

Juiz Titular:

Dr. Silvio Wanderley do Nascimento, desde 20/03/2013.

Juiz Federal Substituto:

Vago.

Diretora de Secretaria:

Drª Angela Elizabeth Ferreira de Albuquerque

Especialização: Execução Fiscal

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Julho/15	3	9	0	0	12	13
Julho/17	4	8	0	0	12	13

A Diretora informou que a vara está há mais de 1 ano com menos servidores do que o previsto, situação agravada a partir de maio/2016 ante a licença médica de um servidor sem previsão de retorno. Houve dois casos de rotatividade de servidores desde a última correição: em junho/2016 (permuta com a 4ª VF de SJM) e em junho/2017 (permuta com a 7ª VF Criminal-RJ).



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora ANGELA ELIZABETH FERREIRA DE ALBUQUERQUE, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores MICHELLE GOMES DE OLIVEIRA e ANTONIO CARLOS LUBIANA TEIXEIRA, e pelo Oficial de Gabinete MAURICIO MEDEIROS REZENDE DE SOUZA, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 100% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 22 a 26/5/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: redução do acervo; controle de processos suspensos; agilização do processamento de pedidos de antecipação da tutela e de penhora via BACENJUD; conclusão de diligências de mandados e ofícios em 90 dias; e redefinição minutas de atos judiciais em até 30 dias.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se às Varas de Execução Fiscal as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. A Diretora afirmou que a 11VEF-RJ não atingiu todas as metas 2016/CNJ em razão do volume de processos, e os servidores não estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

Sugere-se melhor divulgação das metas do CNJ entre os servidores e uso das ferramentas disponibilizadas no Portal de Estatísticas para acompanhar o atingimento pelos gestores da Secretaria.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 196 processos em 2016 e julgou 317, cumprindo 164% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9).





Tabela nº1 - Quadro resumo

Mês	Matéria	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara			
dez/16	Total	SJRJ	11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro		
Meta 1 2016		Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau		39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ		33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES		6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal		111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ		94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES		16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal		42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ		33.921	32.669	12	104%
TR / SJES		8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal		41.782	44.815	487	94%
SJRJ		161.744	176.254	979	92%
SJES		31.343	35.475	459	90%
TRU		29	57	0	50%
Total - 2ª Região		234.898	256.601	1.925	92%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ		317	196	4	164%

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“Julgar processos mais antigos³: distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012”.

O órgão julgou 90% dos 220 processos distribuídos até 31/12/2011.

2ª Região Meta 2 2016

Identificar e julgar, até 31/12/2016:
No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;
Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SJRJ			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
Total - 2ª Região	119.151	106.450	5.082	111.532	7.619	94%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SJRJ	220	180	17	197	23	90%

Verifique o Acervo Meta2 pendentes:

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

³ A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los.

A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



Quadro relativo à parte (i) da meta 2
 (cumpridos 92% pela 11ª VEF-RJ)

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-5			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SIRI	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SIRI	348	282	37	319	29	92%

Data de atualização:
 TRF - 09/10/2017
 SJRJ - 11/10/2017
 SJES - 11/10/2017

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

0507807-30.2009.4.02.5101 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Redistribuição dirigida em 02/04/2013. Intimação da parte embargante, em 29/05/2017 para apresentar considerações sobre complementação de honorários periciais. Consta como último movimento em 19/07/2017 movimentação cartorária para expedir mandado.

0524964-50.2008.4.02.5101 1001 – ORDINÁRIA TRIBUTÁRIA. Redistribuição por dependência em 15/04/2013. Intimação de informação de Secretaria para depósito de honorários periciais em 24/05/2017. Consta como último movimento cartorário ????? tipo expedir mandado em 17/07/2017. ?????

0530358-67.2010.4.02.5101 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Redistribuição dirigida em 15/04/2013. Intimação de despacho em 21/07/2017 para depositar o valor correto dos honorários periciais. Consta como última movimentação juntada de petição em 07/08/2017.

0007469-79.2010.4.02.5101 1001 – ORDINÁRIA TRIBUTÁRIA. Redistribuição por dependência em 06/09/2013. Intimação de despacho em 25/07/2017 para manifestação sobre a garantia apresentada pela parte autora. Consta como último movimento conclusão para decisão em 15/08/2017.

0503125-61.2011.4.02.5101 - 12001 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Redistribuição por dependência em 26/03/2013. Intimação de decisão em 30/06/2017, suspensão do feito até decisão nos autos principais. Consta como último movimento a suspensão do processo em 06/07/2017.



0503050-22.2011.4.02.5101 - 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Redistribuição por dependência em 10/04/2013. Decisão em 13/02/2017, mandando suspender o curso do feito até complementação da garantia do Juízo. Consta como último movimento a suspensão do processo em 16/06/2017.

5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁴

A Vara cumpriu 50% da meta nº 5 CNJ/2016, permanecendo no acervo ainda 3 processos.

2ª Região		Meta 5 2016					
Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.							
Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado							
Mês	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara						
Dec-16	SIRJ	11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro					
Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SIRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	3	0	1	3	2	3	50%

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

Na análise da amostra aleatória de feito pendentes de encerramento da fase de execução, não se encontrou irregularidade processual, morosidade atribuível à Secretaria ou descumprimento dos prazos fixados na CNCR no trâmite entre o início da execução e o último andamento do feito.

Processo	Data de trânsito em julgado	Movimento regular nos últimos 12 meses?*	Julgado pendente de cumprimento	Último movimento	Data último Movim.
0020049-35.1996.4.02.5101	Não há	sim	Pagamento de honorários advocatícios.	Localização interna.	4/8/17

⁴ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).





0772371-54.1900.4.02.5101	Não há	sim	Desbloqueio de quantia em conta de poupança bloqueada via Bacenjud.	Conclusão para decisão.	17/8/17
0505232-49.2009.4.02.5101	Não há	sim	Pagamento de honorários advocatícios.	Localização interna	16/8/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Sentenças

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento adequado da exigência pelo Juizado em todos os feitos.

TIPO A	TIPO B-1	TIPO B-2	TIPO-C
0000251-92.2013.4.02.5101	0069489-63.1997.4.02.5101	0092396-65.2016.4.02.5101	0035364-05.2016.4.02.5101
0142392-37.2013.4.02.5101	-----	0046462-55.2014.4.02.5101	0085896-17.2015.4.02.5101
0509733-36.2015.4.02.5101	-----	0045345-92.2015.4.02.5101	0083154-82.2016.4.02.5101
0127742-14.2015.4.02.5101	-----	0002002-12.2016.4.02.5101	0117290-13.2013.4.02.5101
0502441-63.2016.4.02.5101	-----	0019659-06.2012.4.02.5101	0134361-91.2014.4.02.5101
0011105-43.2016.4.02.5101	-----	0007216-86.2013.4.02.5101	0074609-23.2016.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017.

As sentenças prolatadas de 01/08/2016 a 31/07/2017 foram assim classificadas:

Tipo A (fundamentação individualizada): 95

Tipo B1 (homologatória de acordo): 01

Tipo B2 (repetitiva/padronizada): 1.146

Tipo C (sem resolução do mérito): 435

Tipo D (condenatórias ou absolutórias): 00

Tipo E (extinção da punibilidade ou susp. cond. do processo): 00

O Juizado produziu 1.677 sentenças nos 12 meses que antecederam à Correição (01/08/2016 a 31/07/2017), com média mensal de 140 sentenças/mês e tempo médio de 5 dias entre a conclusão para sentença e o registro da intimação no APOLO.

De acordo com o mapa de processos conclusos, extraído do Sistema Processual Apolo, em 01/08/2017, não há processos conclusos para sentença.

6.2. Acervo com prazos vencidos para despachos e decisões

Posição em	01/08/2017
Conclusão até	31/07/2017

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
-------------------	-----------	---------------



Despacho	1	50
Decisão	1	50
Sentença	0	0
Total Geral	2	100

6.3. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/08/2016 até 31/07/2017) foram designadas **15** audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



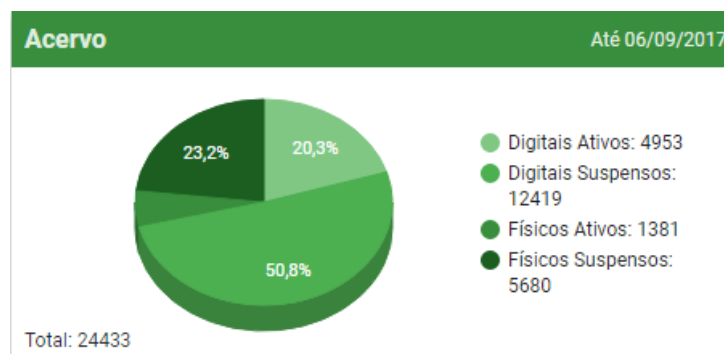
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Julho ▾ Vara : 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Tipo de Processo ▾

Medidas ▾			Eletrônico	Físico	Total		
Ano ▾	Situacao Processo ▾	Processos	2013	Trâmite	6877	5793	12670
			Suspensão	5020	5984	11004	
			Recurso TRF-2		1	1	
			2014	Trâmite	5772	3381	9153
			Suspensão	7083	6009	13092	
			Recurso TRF-2	909	157	1066	
			2015	Trâmite	4547	2076	6623
			Suspensão	8806	5887	14693	
			Recurso TRF-2	1610	186	1796	
			2016	Trâmite	4334	1739	6073
			Suspensão	10732	5877	16609	
			Recurso TRF-2	412	132	544	
			2017	Trâmite	3750	1244	4994
			Suspensão	12420	5768	18188	
			Recurso TRF-2	518	95	613	



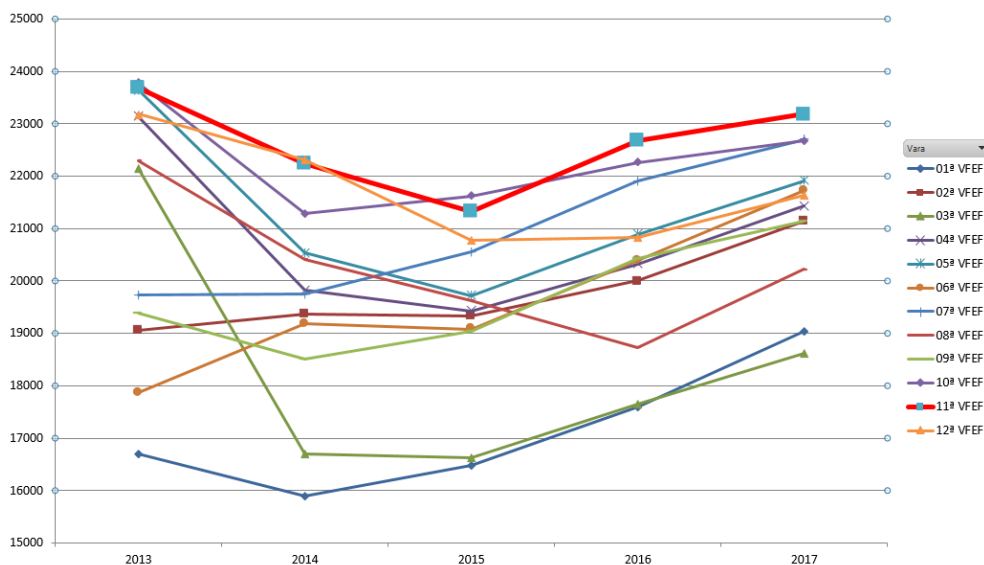
Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	Jan/2014*	Correição Jan/2016	Correição Agosto/2017**
Total	23.007	23.661	23.795
Suspensos	11.884	14.697	18.188
Ag. Julgamento de recurso em Instâncias superiores	98	1.565	613
Tramitação ajustada	11.025	7.405	4.994

*Não houve Correição em 2014, pois a 11VFEF foi instalada em 2013. Dados revisados pelo Portal de Estatísticas em 05/10/2017.

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo das VEFs de mesma competência na Capital da SJRJ

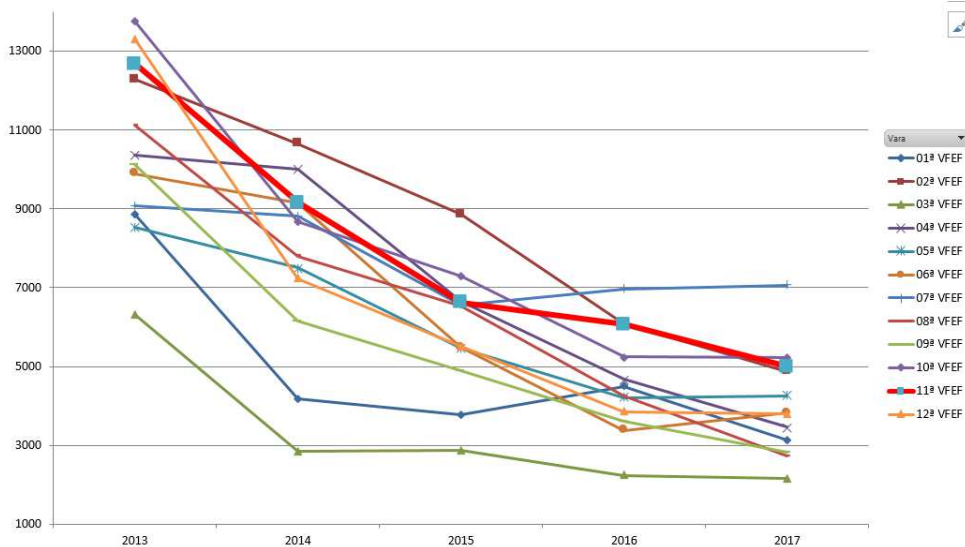
7.2.1. Acervo total



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de julho de cada ano)

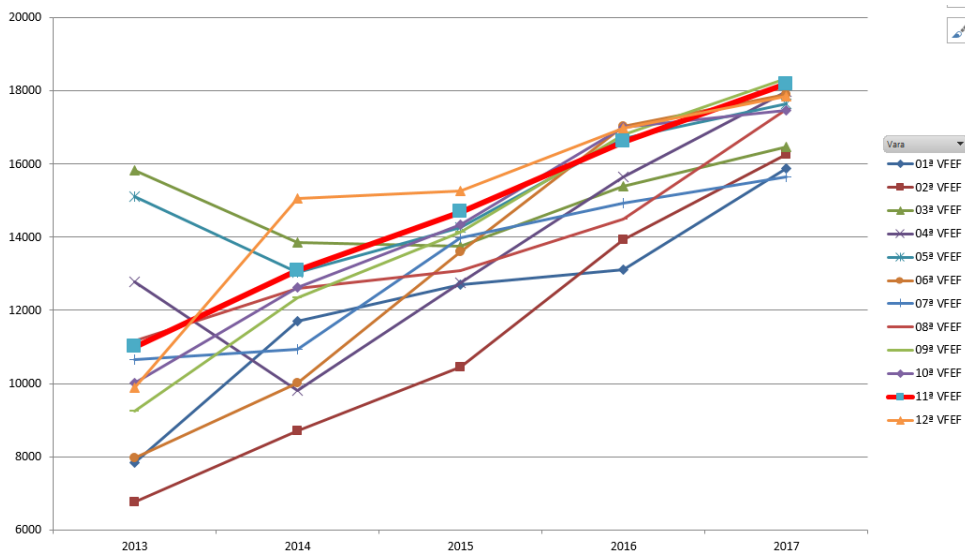


7.2.2. Acervo ativo



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de julho de cada ano)

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de julho de cada ano)



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

São priorizados os processos de grandes devedores, cuja relação é enviada pela Fazenda Nacional, identificados com etiqueta (físicos) ou identificador (virtuais).

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

A triagem é feita na Secretaria no momento em que os servidores juntam petições. Os autos são remetidos à análise dos servidores lotados no gabinete, que, após segunda verificação, abrem conclusão para sentença.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

O trânsito em julgado dos feitos sentenciados é certificado mensalmente (movimento 16, APOLO). Sugere-se: realizar o movimento 73, APOLO, quando for certificado o trânsito em julgado.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Em 18/08/2017, às 15h22min, haviam 228 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária, e os mais antigos eram: dois mandados de 24/10/2015 (MAN.0059.005897-9/2015 e MAN.0059.005959-6/2015) e um de 07/07/2016 (MAN.0059.002339-5/2016). Sugere-se: regularizar a juntada dos mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados paralisados no balcão eletrônico.

9.2. Processos em segredo de justiça

Em 14/08/2017, haviam 174 processos em segredo de justiça. Vistos por amostragem os processos 0518894-27.2002.4.02.5101, 0067183-53.1999.4.02.5101, 0005253-38.2016.4.02.5101, constatou-se a regularidade dos registros de sigilo no APOLO.

9.3. Controle de prazos judiciais

A CNCR estabelece prazos de controle e aferição do acervo (artigos 42, §2º c/c 227 e 228), a serem verificados nas correições.

A unidade possui locais virtuais destinados à espera de prazos, cuidando de anotar as datas de encerramento para melhor controle. Não há acúmulo indevido de feitos sem movimentação, colhendo-se os seguintes exemplos de escaninhos eletrônicos:

	Nº de Docs.	Data do doc. mais antigo
AGUARDANDO AUTUAÇÃO DA PETIÇÃO DE EMBARGOS	2	17/08/2017
AGUARDANDO CONFERENCIA RPV	18	19/06/2017
AGUARDANDO ENVIO PUBLICAÇÃO	21	17/08/2017
INFOJUD - AGUARDANDO INFORMAÇÕES	16	02/05/2017
PRAZO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO	23	06/06/2017
PRAZO PERITO/LEILOEIRO	11	23/06/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 128 processos, equivalentes a 2,6% do acervo com tramitação ativa: 107 parados entre 121 e 180 dias; e 21, há mais de 180 dias.

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo há mais de 120 dias.

Posição em	01/08/2017
Último Movimento até	31/07/2017



Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	107	83,59
Mais de 180	21	16,41
Total Geral	128	100,00

Fonte: Planilhas extraídas do APOLO, em 01/08/2017

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos.

0504497-55.2005.4.02.5101 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Protocolado em 14/04/2005. JB COMERCIAL SA E OUTRO. Consta como último movimento conclusão para sentença em 07/08/2017. Sentença tipo B-2 proferida em ??????, falta enviar para publicação. O feito esteve parado por 249 dias.

0072270-91.2016.4.02.5101 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 14/06/2016. LATIN AMERICAN PARTICIPAÇÕES LTDA. Consta como última movimentação, conclusão para decisão em 14/08/2017. ?????????? O Processo esteve parado por 239 dias. A decisão só foi proferida em ??????

0082028-94.2016.4.02.5101 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 18/07/2016. VIVIAN GUIMARÃES DE LIMA E SILVA. Intimação de despacho em 25/10/2016. Juntada em 16/11/2016. Certidão de citação /intimação em 25/11/2016. Juntada de petição em 02/12/2016. Consta como último movimento conclusão para decisão em 14/08/2017. O feito esteve parado por 242 dias.?????

0500851-27.2011.4.02.5101 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 26/01/2011. FAZENDA NACIONAL/INSS X TIRE SHOP ACESSÓRIOS LTDA E OUTROS. Em 03/11/2016 despacho concedendo prazo de 30 dias para resposta à Exceção de Pré-Executividade. Remessa para manifestação em 22/11/2016. Devolução da remessa em 25/11/2016. Juntada de petição em 01/12/2016. Consta como último movimento, intimação de decisão que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade em 10/08/2017. O processo ficou parado por 243 dias.

0030380-71.1999.4.02.5101 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 23/04/1999. FAZENDA NACIONAL X MOCALDE COM/E IND/LTDA E OUTROS. Intimação de despacho em 27/01/2017 para regularização de representação processual. Juntada de petição em 08/02/2017. Consta como último movimento conclusão para decisão em 14/08/2017. O processo ficou parado por 174 dias.!!?????

0029127-53.1996.4.02.5101 - 3000 - EXECUÇÃO FISCAL. Autuada em 26/02/1996. FAZENDA NACIONAL X CIA/AGRÍCOLA BAIXA GRANDE E OUTRO. Movimentação cartorária tipo aguardando resposta de ofício em 31/03/2017. Conclusão para despacho em 04/08/2017. Consta como último movimento, intimação de despacho em 10/08/2017, reiterando o ofício referente ao despacho proferido em 13/07/2016. O feito esteve parado por 123 dias.



9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2016 a 07/2017
	Processos	3.095
	Boletins	158
	Média (Proc. / Bol.)	19,59
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,73

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁵.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 2 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017 Mês : Julho

Vara Execução de Sentença - Fase 18 Requisição Valor

		11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro		Total
		Informada	Não Informada	
Medidas	Situacao Processo	Sim	Sim	
		Trâmite	4	2
Processos				
Total		4	2	6

Fonte: PORTAL, em 18/08/2017

⁵ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



9.6. Documentos pendentes de juntada

De acordo com o mapa de documentos pendentes de juntada, do Sistema Processual Apolo, há 41 petições nesta situação, sendo 32 mais antigas de julho de 2017 e 9 do mês de agosto.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Verificados os locais virtuais relacionados abaixo, há 2 documentos aguardando a expedição de atos cartorários há mais de 30 dias.

Local Virtual	Nº de Docs.	Doc. mais antigo	Data de Entrada
EXPEDIR CARTA PRECATÓRIA	25	0546156-15.2003.4.02.5101	03/05/2017
EXPEDIR EDITAL INTIMAÇÃO	00	-----	-----
EXPEDIR MANDADO CITAÇÃO	136	0148649-39.2017.4.02.5101	17/07/2017
EXPEDIR MANDADO DE INTIMAÇÃO	50	0032752-36.2012.4.02.5101	18/07/2017
EXPEDIR MANDADO PENHORA	45	0043207-21.2016.4.02.5101	19/07/2017
EXPEDIR OFÍCIO	258	0506014-56.2009.4.02.5101	06/04/2017
EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO	00	-----	-----
EXPEDIR MANDADO DE PENHORA DE FATURAMENTO	14	0018855-96.2016.4.02.5101	24/07/2017
EXPEDIR MANDADO CITAÇÃO MASSA FALIDA/LIQUIDANTE	01	0066902-04.2016.4.02.5101	31/07/2017
EXPEDIR MANDADO CITAÇÃO MASSA FALIDA/LIQUIDANTE	45	0501433-66.2007.4.02.5101	19/07/2017

Fonte: APOLO, consulta em 18/08/2017

9.8. Remessa externa

Constam 303 processos físicos e 456 eletrônicos com prazos de remessa externa vencidos, são indicados alguns mais antigos, na seguinte situação:

Destino	Nº de Procs.	Proc. mais antigo	Data de Remessa	Motivo	Dias vencidos
Réu	01	0520806-20.2006.4.02.5101	22/06/2017	Manifestação	44
Perito	01	0502400-09.2010.4.02.5101	08/03/2017	Vista	102
Leiloeiro	01	0527525-86.2004.4.02.5101	14/07/2017	Manifestação	175
PGE	01	0511644-93.2009.4.02.5101	13/06/2017	Manifestação	08
BCB	01	0018379-30.1994.4.02.5101	13/07/2017	Manifestação	08
AGU	04	0044122-41.2014.4.02.5101	05/06/2017	Manifestação	39
COREN	03	0040136-74.2017.4.02.5101	06/06/2017	Manifestação	30



CRMV	03	0033067-25.2016.4.02.5101	17/06/2016	Vista	438
CRA-RS	02	0036617-28.2016.4.02.5101	07/07/2017	Vista	11
CREMERJ	13	0068936-49.2016.4.02.5101	22/05/2017	Vista	58
CRP-RJ	01	0058196-71.2012.4.02.5101	14/06/2017	Manifestação	28
CORE-RJ	04	0038318-24.2016.4.02.5101	14/07/2016	Vista	449
CORECON-RJ	07	0501911-35.2011.4.02.5101	25/07/2016	Manifestação	333
CRA-RJ	03	0522081-28.2011.4.02.5101	05/06/2017	Manifestação	36
PFN	501	0517240-39.2001.4.02.5101	29/11/2013	Manifestação	1332
PFN/INSS/CRs	32	0020471-48.2012.4.02.5101	25/07/2016	Manifestação	333
CEF	16	0531119-79.2002.4.02.5101	01/10/2013	Manifestação	1393
INSS/PGM	23	0044175-22.2014.4.02.5101	09/08/2016	Manifestação	332
CRF	02	0055746-53.2015.4.02.5101	12/12/2016	Manifestação	148
CREA	03	0501723-76.2010.4.02.5101	07/11/2016	Manifestação	247
CREFITO	08	0096261-62.2017.4.02.5101	22/05/2017	Manifestação	46
CRC	09	0036259-63.2016.4.02.5101	15/05/2017	Manifestação	58
CRECI	15	0100990-10.2012.4.02.5101	25/05/2017	Manifestação	52
PSF/AGÊNCIAS	105	0517964-38.2004.4.02.5101	24/08/2015	Vista	700

Fonte: APOLO, processos remetidos consulta em 04/08/2017

Sugestões da equipe de Correição: (i) cobrar das partes e órgãos externos a restituição dos autos que estejam fora da Secretaria além dos prazos legais; (ii) realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos físicos já restituidos; e (iii) finalizar as remessas de autos eletrônicos cujos prazos para vista já tenham expirado.



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na Vara, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, na estatística extraída do APOLO não há processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.



11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término.

Local Virtual	Nº de Processos
PROCESSOS SUSPENSOS FGTS	128
SUSPENSÃO ART. 20 - 2018/2º	213
SUSPENSÃO ART. 40 - 2020/2º	614
PROCESSOS SUSPENSOS COM PARADIGMA	5
PROCESSOS SUSPENSOS - GERAL	75
PROCESSOS SUSPENSOS - AGUARD RETORNO DE PROC. TRF	253
PROCESSOS SUSPENSOS - VARA EMPRESARIAL	31
SUSPENSÃO ART. 40 - 2023/1º	1435
SUSPENSÃO ART. 20 - 2022/1º	7

Nos processos físicos é realizado procedimento semelhante, anotando-se nos escaninhos a data da prescrição, verificada semestralmente. A 11VFEF confere periodicamente a permanência das execuções fiscais aprazadas em programas parcelamento do débito.

Por amostragem, foram verificados os processos relacionados abaixo, listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Tema
0177282-65.2014.4.02.5101	RESP nº 1377019	Eventual redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.
0519470-20.2002.4.02.5101	RESP nº 1377019	Eventual redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.
0122666-77.2013.4.02.5101	RESP nº 1377019	Eventual redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.
0143066-15.2013.4.02.5101	RESP nº 1377019	Eventual redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.
0061100-64.2012.4.02.5101	RESP nº 1377019	Eventual redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela





		regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária.
--	--	---

Processo	Motivo da suspensão	Data suspensão	Observação
0039072-98.1995.4.02.5101	Aguarda decisão de instância superior	11/10/2007	Suspensa a execução até o julgamento definitivo dos embargos. Reativação da suspensão em 05/04/2013.
0067505-15.1995.4.02.5101	Aguarda decisão de instância superior	25/03/2008	Embargos recebidos com efeito suspensivo em 15/03/2008. Reativação da suspensão em 29/04/2013.
0036820-64.1991.4.02.5101	Aguarda decisão de instância superior	04/10/2011	Suspensa para aguardar julgamento de agravo de instrumento no TRF. Reativação da suspensão em 03/05/2013.
0065645-08.1997.4.02.5101	Aguarda decisão de instância superior	07/12/2012	Aguardando julgamento dos embargos à execução no TRF. Suspensão reativada em 14/06/2013. Reativação da suspensão em 14/06/2013.
0082420-74.1992.4.02.5101	Aguarda decisão de instância superior	22/10/2007	Aguardando julgamento dos embargos à execução no TRF. Reativação da suspensão em 24/03/2014.
0606832-36.1900.4.02.5101	Aguarda decisão de instância superior	18/09/2013	Aguardando julgamento da apelação no TRF. Suspensão reativada em 24/10/2014.
0016456-31.2015.4.02.5101	Embargos à Execução	01/07/2015	Aguardando julgamento dos embargos à execução. Reativação da suspensão em 11/03/2016.
0017040-35.2014.4.02.5101	Embargos à execução	02/06/2016	Aguardando julgamento dos embargos à execução.
0002224-82.2013.4.02.5101	Embargos à execução	09/07/2014	Suspensa em decorrência de embargos à execução. Reativação da suspensão em 16/06/2017.
0012420-88.1988.4.02.5101	Embargos à execução	11/07/2012	Suspensão em decorrência de interposição de embargos de terceiro. Reativação da suspensão em 01/04/2013.
0064421-35.1997.4.02.5101	Embargos à execução	15/03/2016	Suspensa aguardando julgamento de embargos à execução. Reativação da suspensão em 07/07/2016.
0029806-48.1999.4.02.5101	Embargos à execução	22/02/2017	Suspensão devido a interposição de embargos à execução. Reativação da suspensão em 15/08/2017.
0046534-77.1993.4.02.5101	Outros – Processo de Conhecimento	09/08/2017	Suspensão da execução fiscal até manifestação do exequente requerendo o prosseguimento da execução.
0583378-27.1900.4.02.5101	Outros – Processo de Conhecimento	10/09/2002	Suspensão por 180 dias por solicitação do exequente para realizar diligências. Reativação de suspensão em 12/04/2013.
0024127-19.1989.4.02.5101	Outros – Processo de Conhecimento	04/06/2014	Suspensão até o exequente requerer o prosseguimento da execução, em decorrência do processo de falência do devedor que tramita em vara empresarial.
0035401-28.1999.4.02.5101	Outros – Processo de Conhecimento	05/04/2017	Suspensa para diligências do exequente para satisfação do seu crédito junto a 2ª Vara Empresarial, suspensa até manifestação do exequente. Novas suspensões em 09/06/2011, 07/03/2013 e 25/04/2017.
0583030-09.1900.4.02.5101	Art. 20 da Lei 10.522/02	13/07/2006	Suspensão de execução fiscal de baixo valor. Localização interna “SUSP ART. 40 §2º FGTS 08 (JRJGLZ) 08”.





	(arquivamento sem baixa)		
0024225-04.1989.4.02.5101	Art. 20 da Lei 10.522/02 (arquivamento sem baixa)	01/09/2014	Suspensão de execução fiscal de baixo valor (débito inferior a R\$ 20.000,00).
0010124-93.1988.4.02.5101	Art. 20 da Lei 10.522/02 (arquivamento sem baixa)	15/06/2015	Suspensão de execução fiscal de baixo valor (débito inferior a R\$ 20.000,00).
0016117-77.2012.4.02.5101	Art. 20 da Lei 10.522/02 (arquivamento sem baixa)	25/06/2012	Suspensão de execução fiscal de baixo valor (débito inferior a R\$ 20.000,00).
0058748-36.2012.4.02.5101	Art. 20 da Lei 10.522/02 (arquivamento sem baixa)	23/10/2014	Suspensão de execução fiscal de baixo valor (débito inferior a R\$ 20.000,00).
0019166-92.2013.4.02.5101	Art. 20 da Lei 10.522/02 (arquivamento sem baixa)	14/07/2016	Suspensão de execução fiscal de baixo valor (débito inferior a R\$ 20.000,00).
0046416-96.1996.4.02.5101	Parcelamento	08/04/2005	Suspensão por motivo de parcelamento, na forma do art. 151, inciso I do CTN.
0027994-73.1996.4.02.5101	Parcelamento	25/04/2005	Suspensão por motivo de parcelamento.
0000707-37.2016.4.02.5101	Parcelamento	08/04/2016	Suspensão por motivo de parcelamento, de acordo com o art. 921, V c/c art. 922, ambos do CPC.
0000270-30.2015.4.02.5101	Parcelamento	12/05/2016	Suspensão devido a parcelamento, com fundamento no art. 922 do CPC.
0000271-83.2013.4.02.5101	Parcelamento	05/12/2016	Suspensão devido a parcelamento, com fundamento no art. 922 do CPC.
0020699-23.2012.4.02.5101	Provimento 61/2009 (execução fiscal)	27/01/2017	Suspensão pelo prazo remanescente do parcelamento, na forma do art. 792 do CPC.
0039690-47.2012.4.02.5101	Provimento 61/2009 (execução fiscal)	27/01/2014	Suspensão nos termos do art. 792 do CPC pelo prazo remanescente do parcelamento.
0075599-10.1999.4.02.5101	Provimento 61/2009 (execução fiscal)	31/03/2014	Suspensão nos termos do art. 792 do CPC pelo prazo de 1 (um) ano REFIS.
0263194-26.1900.4.02.5101	Outros – Processo de Execução	06/04/2005	Suspensão pelo prazo de 180 dias. Localização interna em 06/06/2013, escaninho “SUSP.ART.40§20. FGTS / 09(JRJ TAR)”.
0511046-62.1900.4.02.5101	Outros – Processo de Execução	11/04/2005	Suspensão pelo prazo de 180 dias. Localização interna em 06/06/2013, escaninho “SUSP.ART.40§20. FGTS / 09(JRJ TAR)”.
0024092-59.1989.4.02.5101	Outros – Processo de Execução	08/05/2007	Arquivado sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40. Localização interna “SUSP ART 40 FGTS - 12(JRJO OY)”.
0064102-67.1997.4.02.5101	Outros – Processo de Execução	01/08/2011	Processo suspenso sem baixa na distribuição. Localização interna em 06/11/2014, “SUSPENSÃO GERAL - 06(JRILT N)”.
0010163-90.1988.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	05/09/2001	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).





0410471-46.1900.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	28/05/2003	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0514786-28.1900.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	07/05/2001	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0024151-47.1989.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	31/10/2003	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0583834-74.1900.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	19/10/2006	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0519758-41.1900.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	10/04/2007	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0435952-11.1900.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	14/08/2009	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0534206-19.1900.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	22/04/2004	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0089660-41.1997.4.02.5101	Art. 40 da Lei 6.830/80	27/03/2009	Suspensão pelo período de 1 um ano (Art. 40 da LEF) e em seguida, arquivamento sem baixa na distribuição, na forma do §2º do art. 40 (FGTS).
0056470-53.1998.4.02.5101	Art. 28 da Lei 6.830/80	25/05/2017	Suspensão devido a identidade de partes, reunião de processos, apensamento.
0800941-79.1999.4.02.5101	Art. 28 da Lei 6.830/80	09/12/2016	Suspensão devido a identidade de partes, reunião de processos, apensamento.
0000418-71.2002.4.02.5109	Art. 28 da Lei 6.830/80	09/12/2016	Suspensão devido a identidade de partes, reunião de processos, apensamento.
0000433-92.2006.4.02.5111	Art. 28 da Lei 6.830/80	09/12/2016	Suspensão devido a identidade de partes, reunião de processos, apensamento.
0000044-49.2002.4.02.5111	Art. 28 da Lei 6.830/80	09/12/2016	Suspensão devido a identidade de partes, reunião de processos, apensamento.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.



12. RPVs E PRECATÓRIOS

Os indicadores do PORTAL e do APOLO atestam a regularidade dos prazos de controle de RPVs e Precatórios, conforme os quadros abaixo

Ano : 2017 | Mês : Julho | Vara : 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro | Requisição Valor : Sim

Data Último Movimento

Medidas	Situacao Processo		2014		2015		2017							Total
							Janeiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho		
		Trãmite							1	1	15	11	45	73
		Suspensao	1	1	2	1				2	1	3	11	
		Total	1	1	2	1	1	1	1	17	12	48	84	

Fonte: PORTAL, em 18/08/2017

Tipo/Situação atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Enviado ou Trasm. c/ Erro	Tempo médio (dias) Ult. Julg. e o total de enviados
RPV Juizado Especial	0	0	0	N/A
RPV	77	44	33	622
Precatório em Parcela Única	1	0	1	352
Precatório Parcelado	0	0	0	N/A
Total Geral	78	44	34	614

Fonte: Planilha extraída do APOLO, em 01/08/2017



13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

Atualmente, a 11VFEF não cadastra os bens penhorados no sistema Apolo. O relatório extraído do Sistema em 04/07/2017 não apresenta cadastramento de bens penhorados em 2017 e há apenas um registro (processo 0033101-39.2012.4.02.5101) em 2016, sendo anteriores os outros 136 registros.

Sugere-se que a 11VFEF proceda ao cadastramento de bens penhorados no APOLO, como disposto nos artigos 356 a 358, da CNCR.



14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 02/08/2017, havia 90 processos com anotação de acautelamento de bens, tais como, CD's com cópias de processos administrativos, livros contábeis, cartas de fiança, apólices de seguro garantia e guias de depósito da CEF, guardados no cofre da secretaria, aberto durante a Correição, na presença dos assessores Marcelo Ribeiro e Gustavo Martins, da Diretora e de um supervisor.



15. LIVROS E PASTAS

A Vara Federal dispõe de 4 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Entrega de autos às partes sem traslado;
- 4) Reclamações e inspeções

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas, exceto as pastas de suspensão condicional da pena e do processo e a de atos de plantão, que não havia numeração nas folhas. Não há registros de reclamações.



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 11ª VFEF do Rio de Janeiro está localizada no 5º andar, prédio do Bloco B, no centro da cidade (Av. Venezuela, 134 – Saúde – CEP: 20081-312), com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Há uma pequena copa para refeições.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juizes e da Secretaria são antigos mas funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente.

A sala de audiências é compartilhada com outras Varas Federais de Execução Fiscal, porém é pouco utilizada, dada a baixa demanda por audiências nesses juízos.



17. TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL

17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais

Por amostragem, foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando irregularidade no processamento:

0527543-39.2006.4.02.5101 – Execução fiscal atuada, em 11/10/2006, em face de VARIG-VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE – MASSA FALIDA para cobrar R\$ 215.508.816,39. Despacho determinando a expedição de mandado de penhora no rosto dos autos do processo falimentar nº 02604471620108190001, em curso na primeira empresarial da comarca da capital, em 20/07/2016. Último movimento: localização interna em 03/07/2017.

0515782-40.2008.4.02.5101 - Execução Fiscal atuada, em 10/06/2013, em face de EMBRATEL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL para cobrar R\$ 221.773.574,02 (fevereiro/1998). Despacho em 31/08/2015, determinando a suspensão do processo até o julgamento definitivo da ação nº 2005.51014903187, tramitando na 7ª Vara Federal. Último movimento: localização interna no escaninho suspensão geral em 27/01/2016.

0712398-71.1900.4.02.5101 – Execução Fiscal atuada, em 11/07/1985, em face de MARCOVAN S/A para cobrar Cr\$ 2.100.100.469,00 (fevereiro/1985). Arresto de bem imóvel do corresponsável, objeto de embargos de terceiro julgado improcedentes em 19/09/2008. Despacho em 12/08/2015, reiterado em 24/07/2017, mandando oficial a 6ª VEF para encaminhar cópia da sentença e da certidão de trânsito em julgado referente aos embargos de terceiro. Último movimento em 09/08/2017, localização interna.

0084697-63.1992.4.02.5101 – Execução Fiscal atuada em 30/09/1992 em face de PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS S/A, para cobrar Cr \$ 276.413.206,4 (abril/1992). Suspensão pelo art. 40 da Lei nº 6.830/80 em 11/01/1999. Em 05/11/2002 penhora de terreno do executado. Embargos à execução julgados improcedentes em 16/11/2009. Despacho em 12/02/2016, reiterado em 10/05/2017, mandando a executada comprovar se persiste a liminar concedida na ação ordinária 2008.51.01.018911-4 que lhe oportunizou a inclusão no REFIS. Último movimento: localização interna em 04/08/2017.

0046506-12.1993.4.02.5101 - Execução Fiscal atuada, em 06/04/1993, em face de PAES E MENDONÇA para cobrar Cr\$ 849.505.151,49 (fevereiro/1993). Opostos embargos de devedor do executado, foram os mesmos rejeitados em 26/07/1996. Despacho em 25/10/2012 mandando a exequente se manifestar quanto ao parcelamento concedido. Último movimento: localização interna em 14/03/2017, escaninho parcelamento 2012.



17.2. Como são selecionados os leiloeiros? Há leilão unificado?

Em regra, os exequentes, indicam o leiloeiro de confiança. O último leilão ocorreu em junho/2017. A 11VFEF não realiza leilão unificado. A Vara tem escaninhos separados para processos com realização de leilão, físicos e eletrônicos. Não foram mencionadas dificuldades.



18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.





19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se a 11VEF-RJ, no prazo de 30 dias:

- 1) Divulgar as metas do CNJ entre os servidores e utilizar as ferramentas disponibilizadas no Portal de Estatísticas para acompanhar o atingimento pelos gestores da Secretaria (item 5.2).
- 2) Realizar o movimento 73, APOLO, quando certificado o trânsito em julgado (item 8.3).
- 3) Movimentar os processos não conclusos e sem movimentação cartorária há mais de 120 dias (item 9.3).
- 4) Cobrar a devolução e realizar o movimento de recebimento no APOLO nos processos com remessa física ou eletrônica aos órgãos externos além dos prazos legais (item 9.8).
- 5) Cadastrar os bens onerados no sistema Apolo, conforme determinado nos artigos 356 a 358 da CNCR (item 13).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROCHA e MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2017.

MARCELO SILVA RIBEIRO
Assessor de Juiz

